

DA SOCIOLOGIA DO RURAL À SOCIOLOGIA DO TERRITÓRIO

Severo Francisco Ilha Neto

O conceito de rural tende a ganhar novos contornos em razão das transformações que têm lugar no espaço agrário. Ocorre que, às dimensões tradicionais pertinentes ao processo de produção agrícola, são agregadas outras até agora pouco trabalhadas, especialmente na América Latina, entre elas, a noção de território, as questões ambientais e as possibilidades turísticas e recreativas do campo. Tais mudanças exigem da Sociologia do rural uma reorientação epistemológica com vistas a fazer frente às novas demandas do conhecimento, tarefa que conduz a múltiplas especialidades: Sociologia do território, Sociologia do ambiente, Sociologia das migrações, ...

Desde a sua origem – no início deste século, nos Estados Unidos – a sociologia rural sempre esteve associada a estratégia de integração do rural na moderna sociedade de consumo e produção. Quando, em 1935, surge a revista *Rural Sociology*, esta subdisciplina tem já um bem definido perfil institucional, produto da sua inserção nos programas de pesquisa do Ministério da Agricultura norte-americano e do sistema das *Land-Grant Institutions*, instituições identificadas com o projeto americano de desenvolvimento rural. Assim, pode-se associar a progressão da sociologia rural com a necessidade de suporte técnico (Extensão Rural) e de assistência social (Políticas Sociais), paradigmas de ação institucional que condicionariam todo o desenvolvimento da disciplina na realidade americana. Na situação da Europa Ocidental, a sua progressão foi diferenciada. No período que precede a primeira guerra mundial, pode-se citar os estudos clássicos de Weber e Planck (1889) abordando as transformações sociais da agricultura. Como disciplina acadêmica, entretanto, a sociologia rural europeia nasce depois da sua correspondente americana, no período do pós-guerra. Marco referencial importante, nesse sentido, é o surgimento da *Sociedade Europeia de Sociologia Rural*, em 1958, quase simultaneamente ao aparecimento de sua revista *Sociologia Ruralis*.

O certo é que, em ambas as situações, o próprio projeto de modernização, cuja amplitude cultural e econômica supera as noções de rural e urbano, firma-se como o fenômeno que impulsiona a realização de muitos estudos sobre a transformação do rural. Além disso, funciona como critério epistemológico na produção do conhecimento nessa área. Predominam, até então, estudos que, de um lado, enfatizam a organização comunitária das aldeias (e povoados), e de outro, buscam compreender a forma de integração dos camponeses nas estruturas de mercado. Na realidade, o percurso da relação entre a sociologia rural e a teoria da modernização tem dupla perspectiva. Na medida em que se ponha ênfase na modernização sócio-cultural, a sociologia rural tende a associar-se aos estudos da sociedade urbana, formando uma área híbrida que não encontrou desenvolvimento no Brasil, mas que é de grande importância na realidade americana e em alguns países europeus. Nesse caso, a ênfase recai sobre as análises da desintegração do campesinato, das transformações demográficas impostas pelas crescentes relações entre cidade e campo, como êxodo rural, periferias urbanas, áreas de intersecção entre agricultura e indústria.

Independente de percurso histórico, pode-se afirmar que, na tradição ocidental, o tema da modernização sócio-econômica marcou a aproximação da sociologia rural com as ciências agrárias, especialmente a extensão e a economia rural. No segundo caso, os estudos se direcionam para assuntos como a introdução

de inovações técnicas, a passagem de uma agricultura tradicional para uma agricultura de mercado, o perfil dos inovadores, os grupos de experiências. Nas duas perspectivas de análise pode-se localizar uma preocupação comum da sociologia rural, de princípio claramente parsoniana, qual seja, o problema da integração, de forma unidirecional rumo a um nova ordem social, funcionalmente mais adaptada às exigências humanas. Em fase mais recente do seu desenvolvimento, essa perspectiva analítica será fortemente contestada, não somente por estudiosos de inspiração marxista, mas também por aqueles decisivamente identificados com a reafirmação da dignidade e criatividade do mundo camponês, os *neo-chayanovianos*.

A fase atual da sociologia rural ocidental é caracterizada por uma crise de identidade derivada da radical transformação do seu objeto de estudo. Primeiro porque as aldeias antes isoladas, autosuficientes, centradas na atividade agrícola, são dominadas pela solidariedade mecânica, o que veio determinar a extinção dessas aldeias na paisagem agrária do mundo ocidental. Além disso, especialmente nos países desenvolvidos, existe o fato de que a modernização, quando não criticada pelos seus aspectos ideológicos, já constitui um processo esgotado. A gradual aproximação entre o tradicional e o moderno, o estático e o dinâmico, a comunidade e a sociedade, que marca a transformação social da agricultura, reflete-se na evolução temática da sociologia rural, cuja história representa também uma subdivisão *ideal-típica*. A emergência de uma *nova ruralidade* fez com que viesse a faltar à sociologia rural o critério interpretativo básico, que dava fundamento e unidade à análise. Na realidade, para o desenvolvimento de uma subdisciplina, além de um objeto de estudo específico, torna-se necessário um paradigma de base, uma perspectiva analítica original¹.

O quadro atual mostra que, à crise epistemológica, agrega-se uma crise institucional. Mesmo reconhecendo o papel atuante das associações que promovem eventos de conhecimento nessa área, tanto na Europa como na América setentrional e meridional, torna-se indispensável admitir que diminui progressivamente o número de cátedras universitárias, e que um grupo crescente de estudiosos migra para outras especialidades ou mesmo inclui outras áreas no seu objeto de estudo. Especialmente na sociologia rural francófona, cujos numerosos trabalhos enfatizam a tendência analítica *actor-oriented*, há grande destaque para os aspectos da estrutura cultural, sendo provavelmente aquela que mais se interroga sobre o futuro da disciplina. Passa-se, na experiência francesa, para a perspectiva construtivista, que evolui de uma *sociologia rural* para uma *sociologia do rural*². Dessa maneira, o rural aparece como expressão de uma época em que o mundo camponês tinha como exigência enfrentar os numerosos dilemas

¹ GUBERT, R. Campagna. *Dizionario di Sociologia*. Milano: Paoline, 1983.

² VOYÉ, L. En guise d'épilogue. In: *Recherches Sociologiques*, n. 3, 1989. Consultar também PLANCK, V. La sociologia rurale in Germania: sviluppo e problemi attuali. *Annali di Sociologia - Soziologisches Jahrbuch*, 9, 1, 1994.

³ MORMONT, M. Who is rural? ou How to be rural: towards a sociology of the rural. In: MARSDEN, T., LOWE, P. & WHATMORE, S. *Rural restructuring. Global process and their responses*. London: Fulton, 1990.

postos pela modernização³. Porém, na realidade agrária dos países desenvolvidos, esta etiqueta foi paulatinamente perdendo importância à medida em que a modernização e o bem-estar material cresciam na agricultura. Agora, assiste-se a uma tentativa de redefinição do conceito de rural, impulsionada pelo estímulo das novas atenções despertadas pelas transformações do espaço agrário, como local residencial, turístico, recreativo, ou seja, a partir de transformações territoriais cuja expressão social supera aquela verificada no âmbito específico da produção agrícola.

Essa redefinição não se processa, no entanto, nos moldes de fixar o rural como um *ideal-tipo* de sociabilidade, como produto ideológico de um paradigma demográfico, o que, aliás, fez a sociologia decair de importância heurística dentro da teoria sociológica. A reconstrução do termo rural, ou a busca de uma *nova ruralidade* não parte mais da noção de algo unitário e orgânico, algo autônomo dos processos mentais dos sujeitos sociais da agricultura que supostamente os condicionaria a uma forma de vida social. E é na literatura francófona que essa tendência se afirma, em um momento que se observava a inversão demográfica nas relações cidade-campo, tanto na realidade francesa como no Quebec (Canadá)⁴. Um retorno social à vida no campo passa a ser considerado como um fato social que vai além das conveniências de moradia e tranquilidade, sendo visto, sobretudo, como um retorno cultural, ou “uma escolha ligada a valores e estilos de vida suficientemente diferenciados e homogêneos”⁵.

Assim, o fenômeno do *neo-ruralismo*, expressão típica da sociologia francófona, seria um testemunho dado a favor da complexidade que cerca o fenômeno da nova ruralidade.⁶ Contudo, as contradições da sociedade moderna impõem cautelas epistemológicas na avaliação da amplitude e significado desse fenômeno. Talvez por isso existam incertezas quanto a uma suposta autonomia do rural face à crescente combinação entre manutenção de velhas tradições e dissolução da civilização camponesa. Ainda mais, a subdivisão dos estudos sobre a ruralidade no mundo francófono, entre as análises de integração vertical da agricultura e a análise etnográfica, é um percurso que indica igualmente a crise da sociologia rural. A transferência de sociólogos franceses para os estudos do ambiente e dos recursos naturais é uma evidência de que a ruralidade se transforma, em vez de desaparecer, mudando profundamente a sua expressão social. São novas áreas que representam a tentativa de subdividir um objeto de análise que não encontra mais delimitação na teoria sociológica contemporânea. Passa-se de uma delimitação conceitual, manifesta geograficamente, para uma concepção de territorialidade ampliada, na qual a sociologia do rural pode ser expressa em diferentes áreas do conhecimento.

⁴ Refiro-me especialmente ao trabalho de KAYSER, B. *La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin, 1990. Para uma discussão teórica mais apurada, tem-se BERTRAND, J. La question rurale: la ruralité et la sociologie. In: *Recherches Sociologiques*, n. 3, 1989.

⁵ OSTI, G. Sociologia Rurale. In: *Sociologia urbana e rurale*, n. 42-43, p. 42-57, 1993-1994.

⁶ MERCIER, C. & SIMONA, G. Le néo-ruralisme. In: *Geographie Alpine*, n. 3, 1983.

A noção de território na epistemologia do novo rural

As noções de espaço e território não caracterizam apenas uma tendência literária que surge como socorro à busca de identidade na sociologia do rural. Na realidade, são concepções que possuem tradição na teoria sociológica clássica: o espaço como forma simbólica tem em Marx e Weber as suas primeiras referências. A sociologia nasce com uma linguagem marcadamente espacial, na medida em que os fenômenos sociais têm, em geral, uma dimensão espacial. Os conceitos como infra e super-estrutura, classe inferior ou superior, mobilidade social, marginalidade, coesão social, centro-periferia são, na realidade, conceitos espaciais que aparecem como metáforas, como figuras lingüísticas, revelando uma questão semiológica na interpretação das relações entre os signos verbais e as referências espaciais.

O uso de uma linguagem sociológica com referências espaciais tende a favorecer a definição da realidade em tais termos, e, além disso, a orientar as ações e comportamentos de modo a fazer emergir realidades sócio-espaciais correspondentes a expressões do comportamento da sociedade. Nesse sentido, o conceito de espaço social aparece como um espaço lógico-conceitual, constituído de um conjunto de *status* e posições sociais ordenados em estratos ou classes, revelando uma mobilidade no sentido metafórico. Mas a realidade é que o espaço social tende a se configurar em espaço físico e os espaços sociais são, efetivamente, espaços físicos de expressão social. Considerando esse princípio, a função de uma noção sociológica do espaço pode ser a de verificar em que medida os processos sociais são também fenômenos espaciais e, sobretudo, a de estudar as relações recíprocas entre tais formas ou tipos de espaço.

Existem variadas classificações do espaço na estrutura social, com destaque para a exposta por Strassoldo⁷ a partir da tipologia originalmente estabelecida por Cassirer, cuja amplitude vai do biológico ao racional:

- a) Espaços etológicos (biológicos)
- b) Espaços pessoais (psicológicos)
- c) Espaços vividos (fenomenológicos)
- d) Espaços simbólicos
- e) Espaços ecológicos
- f) Espaços político-organizativos

Nessa perspectiva, o território, dimensão espacial do ambiente, surge como uma delimitação conceitual dentro da concepção de espaço, conferindo novo direcionamento à questão da identidade da sociologia rural frente às transformações ocorridas no espaço agrário. A sociologia do território afirma-se como categoria

⁷ STRASSOLDO, R. *verbetè Spazio* no *Nuovo Dizionario di Sociologia*. Milano: Paoline, 1987.

interpretativa de um espaço que, antes de tudo, é ocupado, em movimento, um espaço de ação social. O espaço em movimento representa, por sua vez, um percurso de ação social que pode ser expresso no crescente nomadismo da sociedade moderna, no pendularismo das relações de trabalho, nas migrações regionais, situações relevantes para os estudos sociológicos do rural. Entretanto, a noção de território não aparece inicialmente como um percurso da análise sociológica. Foi através da etologia que se identificou uma possibilidade de compreensão social da territorialidade. A partir dos estudos etológicos sobre a territorialidade animal constrói-se a noção de territorialidade humana, incluindo espaços de proteção (necessidades de segurança), espaço de estímulo (espaço de ação) e de identidade (espaço de identificação, de *negação do estrangeirismo*). Assim, os pequenos territórios como a habitação, a aldeia, a vila, as comunidades, constituem espaços físicos onde se reafirmam determinadas formas de relações sociais e onde se propõe a territorialidade humana como fenômeno passível de interesse sociológico.

Na sociologia clássica, a análise do território encontra em Töennies uma conexão entre a dimensão territorial e a dimensão sócio-relacional, sobretudo na relação social do tipo comunitário. Ao refletir sobre os vínculos entre identidade e participação sócio-territorial, Töennies fornece elementos para pensar a ruralidade, entendida com um sentido de apego ao território, noção que se contrapõe, na medida do possível, ao sentido de mobilidade e fluidez territorial que caracteriza a vida moderna. Em verdade, a mudança social na agricultura aparece como um movimento acelerado de energia e de informação, que tem como principal e primeira referência a dimensão territorial da convivência humana. Surge, então, a noção de comunidade ecológica, pertencente à ordem biótica, enquanto unidade de análise distinta da ordem cultural em que se processam as relações (comunicações) simbólicas entre os homens.

Além da busca conceitual, deve-se destacar que as transformações demográficas aceleram a busca de novos paradigmas para a explicação do rural. Um é a alteração de significado do *sentido de comunidade*, categoria historicamente importante na sociologia, há mais de um século, que pode ser dividida em três fases. Na primeira, o interesse dos estudos de comunidade recai sobre os fenômenos de mudança e desorganização social que se verificam nas comunidades rurais da Inglaterra e da Europa, posteriormente dos Estados Unidos, sob o impacto da revolução industrial e da expansão do sistema de produção capitalista. Provavelmente o trabalho mais significativo dessa fase tenha sido *O camponês polaco na Europa e na América*, de Thomas e Znaniecki (1918-1920)⁸. Na segunda e sucessiva fase, que poderia ser situada entre as duas guerras mundiais, o interesse se

⁸ THOMAS, W. & ZNANIECKI, F. *The polish peasant in Europe and America*. Chicago: University of Chicago Press, 1920.

⁹ LYND, R. S. & LYND, H. M. *Middletown*. New York, 1929 e 1937 e Milão, 1970 e 1974.

¹⁰ GANS, H. J. *Levittowners – ways of life and Politics in a New Suburban Community*. New York: Columbia University Press, 1967.

¹¹ TÖENNIES, F. *Comunità e società*. Milano: Franco Angeli, 1963.

desloca para as transformações e para o crescimento induzido impostos a muitas comunidades locais, em razão do desenvolvimento tecnológico, da revolução nos transportes ou da eletrificação rural; ou pelos efeitos da crise de 29 e de seus reflexos na vida social das comunidades agrárias, tendo no trabalho *Middletown*, do casal Lynd (1929-1937)⁹, o principal destaque. A terceira fase se iniciou nos anos 50, quando as regiões satélites, os subúrbios, os bairros, as *new towns* passaram a polarizar a atenção dos sociólogos pelas novas formas de convivência e de atividade política que aí se desenvolviam. Dentre as numerosas pesquisas nascidas nesse período, pode-se destacar o trabalho intitulado *Levittowners*.¹⁰

Cabem aqui algumas interrogações: se o declínio da noção clássica de ruralidade é um fenômeno parcial, qual seria a sua explicação? Por que a noção de pertencer a uma realidade sócio-econômica, a uma realidade local, não tende a desaparecer em favor de uma identificação com coletividades não-territoriais, relativas a um âmbito menos localístico e mais cosmopolita? Como explicar o fenômeno da fluidez territorial que aparece como decorrência da metropolização, caracterizado pela separação crescente entre o local de residência e o local de trabalho? O que ocorre é que as comunidades territoriais estabelecem um processo de diferenciação interna, nas suas várias dimensões, simbólico-cultural, social e territorial, tornando impossível afirmar o declínio da ruralidade sob a perspectiva da sociologia clássica, na forma que afirmava Töennies, principalmente porque a diferenciação social ocorre no interior da *Gemeinschaft*, ou externamente, na *Gesellschaft*. Assim, não é possível afirmar qualquer interpretação que sustente a evolução linear da sociedade, de modo a corroborar a afirmação contínua das relações sociais do segundo tipo¹¹. Talvez esse seja o limite que fixe o processo de destruição da noção clássica de ruralidade como fenômeno parcial. Fala-se em declínio de uma noção clássica de ruralidade e não no fim do rural, o que nos remete a algumas projeções sobre a integração dos estudos da territorialidade com a sociologia do rural.

Novos rumos nos estudos sociológicos do território

A partir do crescimento da noção de territorialidade na compreensão dos fenômenos sociais da agricultura observa-se a emergência de novas áreas de estudo que, embora dotadas de base epistemológica próprias, representam um reordenamento dos estudos que formavam a sociologia rural clássica. Caracterizam-se assim como novas tendências na compreensão da ruralidade, embora sejam áreas do conhecimento que, é necessário acrescentar, não nasceram com a finalidade precípua de resolução de uma crise epistemológica. A concepção de territorialidade se expande

e se decompõe em diversas dimensões, que, por sua vez, englobam áreas de conhecimento que permitem nova compreensão de fenômenos sociais anteriormente classificados dentro dos estudos sociológicos do rural. Assim, pode-se estabelecer algumas áreas promissoras na busca de outra identidade para a sociologia do rural.

A Sociologia do ambiente

A construção epistemológica de uma sociologia do ambiente parte da constatação de que a relação ambiente e sociedade se inverteu. Na maior parte da história do homem foi o ambiente a influenciar a sociedade, porém, modernamente, é a sociedade que exerce seu poder sobre o ambiente. Passa-se, gradativamente, de uma relação de adaptação do homem ao ambiente para uma situação crescente de domínio do homem sobre o mesmo.

Os estudos sobre o tema expandem-se somente no século XX. Nas suas várias dimensões, a relação entre ambiente e sociologia se estabelece desde o nascimento da sociologia como disciplina, com as contribuições da *biossociologia*, que estuda as bases biológicas de todos os tipos de coletividades organizadas, e da sociologia animal, que estuda o comportamento animal, em parte relacionada com a etologia. Em anos recentes, a concepção de ambiente se associa a novas formas de comportamento social. O ambientalismo, por exemplo, firma-se como o fenômeno sócio-cultural mais importante dos anos setenta na Europa Ocidental. Precisamente na sociologia contemporânea a contribuição das análises de Luhman resgatam a concepção do sistema social dentro do conceito de ecossistema¹².

A sociologia do ambiente se refere ao estudo do comportamento da população com relação aos problemas ambientais – racionalidade no uso energético; preservação dos recursos naturais; análise dos movimentos ecológicos; comportamento das populações em relação a parques e áreas de preservação; relação entre território e áreas de preservação no contexto regional. Existem ainda outros campos associados, como a psicologia ambiental, que estuda os métodos de avaliação de valores (sócio-culturais) dos recursos ambientais.

Especificamente, na sociologia rural, pode-se apontar grandes temas relacionados às populações agrárias e que são promissores numa perspectiva ambiental: as grandes migrações agrárias e a expansão das fronteiras agrícolas; as estruturas sócio-econômicas das atividades extrativas (vegetal e mineral); a relação conflituosa entre agricultura e floresta, resultante de formas diversificadas de exploração do ambiente; os fatores sociais da poluição do solo e dos recursos hídricos.

¹²Os trabalhos de N. Luhman onde essa relação é estabelecida são: LUHMAN, N. *Stato di diritto e sistema sociale*. Napoli: Guida, 1978. Ou ainda, LUHMAN, N. *Illuminismo sociológico*. Milano: Il Saggiatore, 1983.

A Sociologia das migrações

As migrações assumem o significado que agora lhe atribuímos, a partir da era Neolítica, quando os grupos humanos tendem a abandonar a vida nômade optando por uma civilização concentrada em aldeias. Entretanto, é somente no fim do século passado que o fenômeno migratório passa a ser objeto de observações, pesquisas e análise sistemática, sobretudo com o trabalho de Ravenstein (1885, 1889)¹³. A partir de então, numerosas disciplinas passaram a se ocupar da mobilidade humana: da história à geografia, da demografia à economia, da estatística à antropologia, da ciência política ao direito.

Na economia moderna, múltiplos indicadores, como os movimentos de mercadorias, de capitais, de trabalhadores, de passageiros, de fluxo turístico, de fronteiras agrícolas, de intercâmbio de estudantes, modificaram de forma drástica as escalas temporais das distâncias entre locais do nosso planeta, favorecendo mudanças significativas no plano da distribuição espacial da população e no plano da divisão internacional do trabalho. A globalização parece desempenhar um papel importante ao provocar mudanças sócio-culturais, homogeneizando culturas, diluindo especificidades, universalizando comportamentos, dissociando os indivíduos da sua solidariedade social primária e oferecendo-lhes em troca a participação em entidades sociais mais amplas, difusas e potentes, de forma a aumentar significativamente os graus de liberdade do ator social na escolha de âmbitos relacionais próprios.¹⁴

A sociologia das migrações se propõe, portanto, a conquistar um espaço específico, acelerado pela profusão das sociedades multiétnicas e multiculturais. Conceitualmente, a sociologia das migrações “estuda a mobilidade humana no espaço e a mudança gerada por essa nas relações sociais, nos modelos sócio-culturais de vida e no ambiente humano, isto é, na sociedade global enquanto rede de relações sociais”.¹⁵

Pode-se definir como um dos objetivos centrais deste ramo da sociologia a interpretação do complexo de motivos determinantes na escolha migratória do indivíduo ou dos grupos a que pertence. A sociologia das migrações considera o princípio geral segundo o qual a propensão humana é a de melhorar as próprias condições de vida. A esse princípio podem ser acrescidas outras questões relevantes, entre elas, a superpopulação do rural em relação ao urbano no período pré-industrial, a ausência de limitações administrativas da mobilidade e, sobretudo, a maior proporção de recursos propiciada pela urbanização, o que permite prever uma contínua mobilidade da agricultura para a cidade em cada parte do mundo¹⁶. Mesmo assim, no estudo das migrações, a sociologia sempre evitou formular leis gerais, reconhecendo, ao contrário, a grande diferenciação das condições sociais que caracterizam os

¹³RAVENSTEIN, E. G. The Laws of migration. In: *Journal of the Royal Statistical Society*, n. 2, p. 145-155, 1885.

¹⁴ROBERTSON, R. *Globalization*. London: Sage, 1993.

¹⁵SCIDA, G. Sociologia delle migrazioni. In: *Sociologia urbana e rurale*, n. 42-43, 1993-1994.

¹⁶LEE, E. S. A Theory of migration. In: *Demography*, n. 3, p. 47-57, 1976.

atores e as mudanças sociais. É inclusive com essa preocupação que a diferenciação entre *labour migrations* e *not labour migrations* aparece como divisor importante nas pesquisas sobre o tema.

Quanto às tradições analíticas, pode-se localizar na década de 30, na Escola de Chicago, o surgimento dos trabalhos de sociólogos urbanos que dedicariam grande atenção ao problema de inserção e integração dos imigrados provenientes do mundo rural europeu nas metrópoles norte-americanas. Temas como as relações entre grupos portadores de culturas diversas, seja sob o plano do sistema normativo onde se estabelecem os modelos de referência que os guiam na interpretação da realidade e nas escolhas pessoais, seja no plano simbólico ou no plano das ações concretas, foram estudados por alguns autores clássicos da sociologia que concentraram suas reflexões na figura do estrangeiro e nos modelos de interação entre esses e as sociedades que os acolheram. Entre os autores cabe destacar W. G. Summer, G. Simmel, R. Michels, A. Schutz, N. Elias, W. Sombart, W. I. Thomas, F. Znaniecki, T. Parsons, R. Merton.¹⁷

Especificamente na pesquisa social norte-americana, uma série de estudos conduzidos por diversos pesquisadores, alguns dos quais também imigrantes, focalizavam tipologias e dificuldades particulares, identificadas no desafio representado pela integração nas metrópoles americanas. Pode-se citar, como exemplo, o trabalho de W. I. Thomas e F. Znaniecki, que, em 1920, desenvolveram um estudo clássico sobre imigrantes polacos diferenciando as modalidades de adaptação, acrítica ou criativa, à cultura metropolitana dos Estados Unidos. Também pode-se destacar o estudo de William Foote Whyte, sobre o método de observação participante, relativo à segunda geração de imigrantes de origem italiana, distinguindo um modelo de adaptação conformista, e outro, definido pelo autor como antagonista¹⁸.

É, contudo, na análise marxista da migração que se encontra uma contraposição à hipótese de convergência desenvolvida pela sociologia americana, segundo a qual o desenvolvimento da sociedade industrial produziria, através da divisão social do trabalho, uma integração social harmoniosa. A interpretação marxista, ao contrário, sustentava que, com a modernização e a redução do isolamento dos grupos, a identificação étnica seria gradualmente absorvida pela noção de classe social (identificação por classe). Cada classe, por sua vez, mediante lutas e antagonismos com as outras classes, gradualmente se consolidaria, colocando em segundo plano as identificações étnicas que serviam como elemento básico de identificação social. Nesse sentido, as experiências com a desintegração étnico-religiosa da Iugoslávia e os conflitos étnicos nos territórios da Espanha (bascos), Romênia (zíngaros) e Albânia (gregos) demonstra que a identificação étnica tem crescido em importância, na reivindicação de espaços sociais, no continente europeu.

¹⁷TABBONI, S. (a cura di) *Vicinanza e lontananza. Modelli e figure dello straniero come categorie sociologica*. Milano: Franco Angeli, 1986.

¹⁸WHYTE, W. F. *Little Italy - uno slum italo-americano*. Bari: Laterza, 1968.

A Sociologia do turismo

As ciências sociais começam a ocupar-se do fenômeno turístico nas primeiras décadas deste século. A intenção do novo corpo de estudos que se vai delineando é a de desenvolver pesquisas segundo linhas racionais controláveis, sobre os comportamentos baseados no movimento de forasteiros. São particularmente privilegiadas aquelas correntes de movimento internacional suscetíveis de provocar afluxos de moeda e de constituir com isso um componente ativo do balanço de pagamentos.¹⁹

O debate científico, mesmo conduzido com amplos espaços de interdisciplinaridade, nem sempre se move segundo uma linha clara e construtiva de desenvolvimento, encontrando-se muitas vezes diante da exigência de redefinir um objetivo volátil nas suas origens, nas suas motivações, nas sua evolução. Nos últimos anos, observa-se a crescente exigência de um *approach* psicológico, antropológico-cultural e sociológico ao turismo, para desenvolver a análise das motivações que impulsionam os sujeitos (turistas, hóspedes, organizadores, população local) a assumir e a transformar seus comportamentos. Por outro lado, a evolução do fenômeno turístico requer a interpretação dos significados simbólicos das diversas formas de movimentos e de turismo, no âmbito das diversas culturas. Assim, talvez seja possível construir (ou identificar) uma morfologia social própria do turismo, como um conjunto de comportamentos institucionalizados, em recíproca interação pela fricção do espaço.

Como plano central da análise, tem-se os valores que determinam comportamentos e aspirações de indivíduos e grupos sociais e, ainda, os processos através dos quais se definem e se estabilizam os papéis sociais e os modelos de comportamento pertinentes ao fenômeno do turismo. As contribuições sociológicas começam a se delinear nas décadas de 20 e 30, principalmente na Alemanha. O turismo começa, então, a ser levado em consideração como “área de comportamento e de relações emergentes, no âmbito da mais ampla esfera de interação social”.²⁰

A interpretação sociológica sobre modelos emergentes de comportamento em que se manifesta e se especifica a figura do forasteiro encontra várias contribuições no pensamento sociológico, caso dos trabalhos de Simmel, Sombart, R. Park, Burgess e MacKenzie e von Wiese (1930).²¹ Nos anos 50 a reflexão sociológica redescobre toda a força dos problemas do tempo livre, particularmente a Escola de Frankfurt, com os trabalhos de Erich Fromm²². São do mesmo período os trabalhos de Riesman sobre turismo e tempo livre²³. Mais recentemente, o trabalho de Schutz, sob a perspectiva fenomenológica, trata do turismo nas relações entre forasteiro e comunidade.

¹⁹DERMARINIS, F. *Raccolta di studi sul turismo*. Roma: A. Mariotti, 1975.

²⁰SAVELLI, A. Sociologia del turismo. In: *Sociologia urbana e rurale*, n. 42-43, p. 133, 1993-1994.

²¹SIMMEL, G. *Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung*. Leipzig, 1908. O trabalho de SOMBART é *Der moderne Kapitalismus*, Berlin: Duncker e Humboldt, 1916. Na Escola de Chicago, os trabalhos de Robert PARK mais citados são *The concept of Social Distance*, *Journal of Applied Sociology*, VIII, de 1923 e ainda *Human Migration and The Marginal Man*, *American Journal of Sociology*, n. 6, de 1928. Uma outra contribuição importante se refere à série de estudos de sociologia urbana, entre eles, BURGESS, E. & MACKENZIE, R. D. *The city*. Chicago: University of Chicago, 1925. Na sociologia alemã, um clássico que aparece nas resenhas bibliográficas internacionais sobre o tema é WIESE, L. von. *Fremdenverkehr als zwischenmenschliche Beziehungen*. *Archiv für den Fremdenverkehr*, Aprile 1930.

²²FROMM, E. *Psychoanalyse und Ethik*. Zürich, 1954 e ainda FROMM, E. *Die heutige Situation des Menschen. Perspektiven*, 16, 1956.

²³Originalmente: RIESMAN, D. *et alli. The lonely crowd*, que na tradução italiana chamou-se *Visi nella folla*, publicada pela Il Mulino, Bologna, 1956.

²⁴SCHUTZ, A. Lo straniero: saggi di psicologia sociale. In: TABBONI, S. *Vicinanza e Lontananza*. Milano: Franco Angeli, 1986.

²⁵KNEBEL, H. J. *Soziologische Strukturwandlungen im modernen Tourismus*. Stuttgart: Enke Verlag, 1960. O trabalho de J. CASSOU, publicado originalmente em francês, tem o título *Du voyage au tourisme*. In: *Communication*, n. 10, 1967.

de²⁴. Ainda na sociologia contemporânea, destaca-se a análise do turismo de massa realizada por Knebel e Cassou.²⁵

Quanto a relação entre o tema e o rural, uma nova perspectiva que surge é o fenômeno do agroturismo, que se desenvolveu na Europa a partir da década de setenta. Trata-se de uma forma de turismo em zonas rurais com hospedagem em casas coloniais, que possibilita a realização de vendas diretas de produtos agrícolas, além do desenvolvimento do setor de serviços conjugado com áreas tradicionais de exploração agrícola. O agroturismo surge como uma nova expressão econômica da territorialidade agrária, na qual se combinam a economia de serviços, a pluriatividade econômica e a exploração agrícola, formando um conjunto complexo de relações sociais que levam a busca de novas categorias para compreender a descoberta de uma nova ruralidade.

A Sociologia das comunidades locais

Os estudos de comunidade foram sepultados pela sociologia crítica latino-americana, tanto pela falência dos projetos comunitários de modernização agrária, quanto pela recuperação do pensamento marxista na interpretação dos problemas sociais da agricultura, a partir do final da década de sessenta (em contraposição ao modelo da *difusion of innovation*). De outra parte, se é verdade que se trata de estudos parcialmente abandonados no transcurso dos últimos vinte anos sob o modelo da teoria da inovação, é igualmente verdade que estudos desse tipo estão se tornando de grande atualidade na sociologia rural ocidental, especialmente no panorama norte-americano.

Do ponto de vista histórico, a primeira reflexão sociológica sobre comunidade é encontrada na produção clássica européia, e na *toenniesiana* em particular – abordando formas peculiares de organização das relações humanas e sociais. Os modelos básicos propostos por Töennies classificavam as relações em *comunitárias* e *societárias*. A elaboração desta tipologia evolutiva põe comunidade e sociedade nos extremos de um *continuum* ao longo do qual se encontram dados empíricos. Se considerarmos a contribuição dos clássicos em relação ao tema (Töennies a Durkeim, e Weber), observaremos que a influência de seus modelos não pode ser considerada de todo esgotada, do ponto de vista metodológico ou como instrumento de análise da comunidade moderna, principalmente pela grande influência que esses autores continuam a ter sobre grande parte dos sociólogos das comunidades locais.

Afora o pensamento clássico, outra grande fonte dessa área de conhecimento pode ser identificada no pensamento anglo-saxão norte-americano, nos estudos de *community*, onde se pode situar uma das origens da sociologia do território. Mac Iver define “a comunidade local como a menor unidade de organização social,

²⁶MAC IVER, R. M. *Governo e società*. Bologna: Il Mulino, 1965.

²⁷HILLERY, G. H. *Communal Organization - a study of local societies*. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

²⁸POPLIN, D. E. *Communities: a study of methods and research*. New York: MacMillan, 1979.

²⁹WILKINSON K. P. *The community in Rural America*. Westport: Greenwood Press, 1992.

potencialmente em grau de afrontar uma inteira gama de exigências humanas: fisiológicas, psicológicas e sociais”²⁶

Independente das definições clássicas, é necessário acrescentar que a maior parte dos estudiosos aceita a presença de três elementos na definição de comunidade: a) uma dimensão territorial; b) uma dimensão de organização social; c) uma dimensão psicocultural.²⁷

Os modelos interpretativos têm concorrido para a definição do objetivo da disciplina, enriquecidos e estimulados pelo aprofundamento teórico feito mediante a implantação de teorias gerais da sociologia contemporânea, da teoria dos sistemas sociais ao funcionalismo, da *network analysis* à teoria da ação social. Além disso, a importância da análise de comunidade para a sociologia do desenvolvimento aumenta na medida em que são abandonados os interesses pela descrição genérica das características globais da comunidade, centralizando-se o foco da pesquisa nas variáveis internas relevantes para o desenvolvimento social e econômico.

No âmbito da sociologia rural, é preciso reconhecer que, no mundo ocidental industrializado, o advento da sociedade tecnológica urbana modificou profundamente os termos da reflexão sobre a sociedade rural, deslocando as interrogações para o futuro das comunidades agrícolas. Os estudos norte-americanos dos anos 50 e 70, por exemplo, enfatizavam continuamente as intervenções programadas que envolviam a dimensão comunitária no desenvolvimento rural. Essas ações tinham como principal objetivo a mudança no nível comunitário pela ação de grupos organizados. Esse sentido de constitutividade social com respeito a fins específicos (projetos de desenvolvimento agrário) levava a interpretar a ação comunitária de desenvolvimento como um método de mudança social caracterizado pela participação da população local²⁸.

Com essa orientação, alguns trabalhos, como o de Wilkinson, repropõem pesquisas que estudem criticamente a situação da vida rural nos EUA, procurando identificar parte das características das comunidades rurais que obstaculizam o desenvolvimento, focalizando também ações e interações internas que constituam a base para possíveis estratégias de desenvolvimento²⁹. O sentido desses trabalhos, que marcam uma retomada da análise de comunidade na sociologia do espaço agrário, é o de identificar as relações que sejam geradoras de energia social e que se contraponham a uma sociedade que apenas consuma energia social. Em outras palavras, investigam as possíveis bases de aceleração social nas camadas mais débeis das comunidades rurais.

Assim, os estudos de *community* tentam localizar o processo de interiorização da mudança social, expresso por ações conjuntas sobre a estrutura social, a economia e o sistema de valores, e que determinam o aprofundamento e o alargamento da relação *inovação/tradição*, sem que inovação seja uma mera importação

exterior, mas uma construção a partir das tradições que caracterizam as estruturas sociais. As novas interpretações sobre comunidades rurais se desenvolveram amplamente na literatura internacional, principalmente naqueles países onde a persistência de componentes rurais favoreceu a valorização de elementos culturais não subordinados a análises meramente economicistas como mostram os trabalhos de Contreras, Sevilla Guzman, Sarle e Naredo, na Espanha.

Na Europa centro-setentrional e particularmente nos países onde a realidade agrícola e rural é avaliada em termos de eficiência econômica, a literatura tende a desconsiderar, a partir da metade da década de setenta, os elementos psicoculturais das comunidades agrícolas. No geral, pode-se afirmar que grande parte da reflexão sobre as relações entre comunidade local e mudança social na agricultura está sempre associada a uma conotação de estático para o rural e de dinâmico para o urbano. Nesse sentido, é interessante a tentativa de Beato em operacionalizar a distinção rural-estático, urbano-dinâmico, caracterizando as forças endógenas e exógenas dos processos dinâmicos.³⁰ Através da reconstrução de um percurso teórico que revaloriza a necessidade de uma sociologia das localidades, o autor busca superar a dicotomia *comunidade rural estática-sociedade urbana dinâmica*, interpretando a estabilidade e a mudança ao longo de um *continuum* em que a própria noção de estabilidade é superada em favor de uma escala de equilíbrio estável que, necessariamente, não exclui a mudança.

Em outra dimensão, o papel das comunidades locais no desenvolvimento rural, ou mesmo na passagem de uma formação rumo a uma estrutura social moderna, encontra novas reflexões relacionadas à situação dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. A fraqueza atribuída a nações predominantemente rurais é discutida por autores que vêm na programação centralizada e nas políticas tipo *down-town* as fontes de responsabilidade de grande parte dos danos causados às comunidades agrícolas. A tendência é solicitar modelos que promovam a descentralização em detrimento das estratégias centrais, privilegiando a auto-gestão e o auto-controle das comunidades rurais mais do que a intervenção de especialistas externos, e a superação do modelo de *trickle-down* de difusão de inovações.³¹

³⁰ BEATO, F. Mutamento sociale e comunità locale. Alcuni problemi di metodo. In: *Sociologia urbana e rurale*, II, n. 10-11, 1983.

³¹ STROPPA, C. *Quartieri urbani e crisi della città*. Milano: Franco Angeli, 1975.

KORTEN, D. C. & UPHOFF, N. *Bureaucratic reorientation for rural development*. Manila e Ithaca: Rural Development Committee, 1981.

CRAIG, J. Food Security and rural development. In: *Journal of rural cooperation*, XVII-2, p. 111-124, 1988.

MONTANI, A. R. Sintesi dei caratteri emergenti dello sviluppo mediterraneo. In: CATELLI, P. et alii. *Le società mediterranee*. Milano: Franco Angeli, 1988.

EDWARDS, M. The irrelevance of development study. In: *Third World Quarterly*, vol. 11/1, p. 116-135, 1989. É interessante consultar ainda o trabalho de TAYLOR, D. R. F. *Development from Within: survival in rural Africa*. London: Routledge, 1992.

Severo Francisco Ilha Neto é professor do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.